

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
E MEIO AMBIENTE

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E  
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POR OUTRAS  
SUSTENTABILIDADES**

LUMA ANDREZA DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: GUSTAVO GODINHO BENEDITO

CO-ORIENTADORA: RAÍSSA DE SOUZA MARINHO

RIO DE JANEIRO,

AGOSTO DE 2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
E MEIO AMBIENTE

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção dos graus de Bacharel e Licenciado em Geografia.

---

**Prof. Dr. Gustavo Godinho Benedito**

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente, PUC-Rio

---

**Me. Raíssa de Souza Marinho**

Co-orientadora

Doutoranda - PPGeo - PUC-Rio

---

**Dr. Victor Tinoco de Souza**

Doutor PPGeo - PUC-Rio - Pesquisador Autônomo

---

**Me. Frederico Basso Montanari**

Doutorando - PPGeo - PUC-Rio

RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 2024

Andreza de Oliveira, Luma

**A territorialização do agronegócio no Brasil e o desenvolvimento sustentável:  
Por outras sustentabilidades. CCS/PUC-RIO 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso para Licenciatura e Bacharelado em Geografia,  
PUC-RIO.

1- Agronegócio 2- Desenvolvimento Sustentável 3- Territorialização 4-  
Financeirização

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que passaram por minha vida ao longo desses anos tão transformadores, nos quais, como na música dos Novos Baianos, “Pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto”. Foram inúmeras trocas durante a graduação, que promoveram um crescimento intelectual e pessoal imenso.

Aos professores de Geografia, especialmente aqueles com uma visão mais crítica sobre o espaço que nos cerca e que lutam por um mundo mais justo, minha eterna gratidão. Em especial, agradeço ao Gustavo Godinho, meu orientador nesta pesquisa e que muito me apresentou para desenvolver um olhar mais crítico do mundo e motivou. Sendo um grande responsável pela minha entrada no grupo de pesquisa do NEPEM, no qual sinto muito orgulho em fazer parte, onde pude aprender muito com pessoas extraordinárias. Espero um dia poder retribuir pelo menos um pouco de tudo que me ensinaram.

A Biologia, na qual cursei algumas disciplinas que ampliaram minhas perspectivas junto com a Geografia, e onde fiz muitos colegas queridos que sempre me acolheram com muito carinho.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado como pode, e muito batalha para me dar o melhor que conhece e pode do mundo; à minha avó, que sempre cuidou de mim e sempre me tirou as gargalhadas mais profundas; ao meu pai, que me apresenta sempre muitas outras perspectivas do mundo e que me demonstrou seu amor imenso por mim nesse último período da minha vida em estive entre a vida e a morte; às minhas queridas tias Jaqueline e Raquel, que sempre estiveram ao meu lado, me fazendo sentir pertencida e trazendo muitos momentos felizes para minha vida; às minhas amadas primas, que são como irmãs: Ingrid, com quem cresci e experienciei muitas primeiras coisas na vida, a primeira pessoa que me fez sentir como é ter uma irmã de coração; e Lara, o grande presente da nossa família, com quem, apesar dos dez anos de diferença, sempre tivemos uma conexão profunda e enriquecedora.

Às minhas amigas-irmãs tão queridas e amadas: Raíssa, uma das pessoas mais incríveis que eu conheço, que tenho muito orgulho e felicidade em chamar de irmã, tem muita influência no meu olhar sobre o mundo através da sua perspectiva sempre tão singular e enriquecedora; Camila, minha alma-gêmea, com quem cresço muito a partir de tantas trocas e vivências conjuntas; Victoria, minha irmã querida que está comigo há tantos anos, sempre através de muitas trocas, carinho e apoio; minhas irmãs de infância, Sara e Carol, desde pequenas em uma amizade tão forte que nos deciframos apenas pelo olhar; Natasha, minha amiga tão querida, dona de um coração tão puro, um ser humano exemplar, uma amiga íntegra e fiel; Tuanny, amiga forte e querida, com uma garra inspiradora, que persiste e luta até conseguir tudo o que almeja e merece; Raphinha, minha amiga linda e querida, íntegra e fiel, que sabe valorizar o que verdadeiramente importa na vida.

A quem caminhou comigo e passou por essa fase transformadora de nossas vidas conjuntamente, obrigada por tanto, vocês se tornaram uma família para mim. Marina, com seu olhar crítico e aflorado sobre o mundo, que ensinou e inspirou não só a mim, mas a muitos na Universidade; minha querida amiga Nicole, minha grande parceira, que desde que nos aproximamos sempre esteve comigo, nos trabalhos e além; Amanda, minha amiga querida e leal, muito inteligente e magnífica, com quem sempre tive uma conexão forte; Thayná, minha primeira amiga da PUC, um ser humano maravilhoso, dona de um coração puro e sincero; Letícia, dona de uma energia contagiante, que energiza tudo ao seu redor; Alexandra, por tantos momentos maravilhosos vividos juntas e por seu coração sensível e fiel; Juliana, amiga querida e amada, muito inteligente e sempre fiel aos seus; Rapha, pessoa sábia, dona de uma inteligência enorme e de grande sensibilidade e leveza; Tobias, uma pessoa diferenciada um amigo muito querido. Quero levar todos vocês pra vida toda.

## RESUMO

A pesquisa analisa a possível origem da racionalidade quantitativa e mecanicista do mundo e como o espaço brasileiro foi estruturado a partir dela, com ênfase na formação política do agronegócio e na sua conseqüente geo-grafia. Examinando como essa racionalidade busca causar a des-territorialização das etnias indígenas, com ênfase na etnia Xavante. Sendo investigada a dialética entre as propostas de desenvolvimento sustentável e a financeirização do agronegócio. E destacando-se a inviabilidade de evitar o aumento da temperatura global enquanto se perpetua o modelo econômico hegemônico, reforçando a necessidade de redirecionar a maneira como a sociedade capitalista neoliberal se relaciona com o meio ao qual pertence, a fim de garantir um futuro para a espécie humana e para tantas outras espécies adaptadas a este ecossistema global.

**Palavras-chave:** agronegócio; desenvolvimento sustentável; territorialização; financeirização.

## ABSTRACT

The research analyzes the possible origin of the world's quantitative and mechanistic rationality and how Brazilian space was structured from it, with an emphasis on the political formation of agribusiness and its consequent geo-graphy. It examines how this rationality seeks to cause the de-territorialization of indigenous ethnic groups, with an emphasis on the Xavante ethnicity. The dialectic between sustainable development proposals and the financialization of agribusiness is investigated. It highlights the infeasibility of preventing the global temperature increase while perpetuating the hegemonic economic model, reinforcing the need to redirect how neoliberal capitalist society relates to the environment to which it belongs, in order to ensure a future for the human species and for many other species adapted to this global ecosystem.

**Keywords:** agribusiness; sustainable development; territorialization; financialization.

## SUMÁRIO

● <b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
● <b>CAPÍTULO 1 - A Racionalidade Econômica Neoliberal e a Formação Política do Agronegócio</b> .....	17
1.1 - Industrialização, Expansão do ecúmeno e Globalização.....	20
1.2 - Formação Histórica da Fome no Brasil.....	24
1.3 - A Formação Política do Agronegócio.....	26
● <b>CAPÍTULO 2 - A Geo-grafia do Agronegócio e a Des-territorialização da etnia Xavante - Os que resistem</b> .....	32
2.1 - Contexto geográfico da etnia Xavante.....	34
2.2 - Projeto Agro Xavante e os Impactos na Etnia Xavante.....	38
● <b>CAPÍTULO 3 - A Atual Financeirização do Agronegócio no Brasil e a Crítica à Neutralidade de Carbono</b> .....	43
3.1 - Financeirização do Agronegócio no Brasil.....	44
3.2 - Neutralidade de Carbono.....	47
<b>CONCLUSÃO</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	58

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: O fogo como Elemento Central - página 34

Figura 2: Localização Terras indígenas dos Xavantes - página 35

Figura 3: Mapa das Aldeias da Etnia Xavante - página 36

Figura 4 - Troca de presentes entre grupos locais xavante e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - página 37

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change  
(Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima)

ONU - Organização das Nações Unidas

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)

LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio

CRAs - Certificados de Recebíveis do Agronegócio

USDA - United States Department of Agriculture (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

## EPÍGRAFE

*Abacateiro*  
*Acataremos teu ato*  
*Nós também somos do mato*  
*Como o pato e o leão*  
*Aguardaremos*  
*Brincaremos no regato*  
*Até que nos tragam frutos*  
*Teu amor, teu coração*  
*Abacateiro*  
*Teu recolhimento é justamente*  
*O significado*  
*Da palavra temporão*  
*Enquanto o tempo*  
*Não trazer teu abacate*  
*Amanhecerá tomate*  
*E anoitecerá mamão*  
*Abacateiro*  
*Sabes ao que estou me referindo*  
*Porque todo tamarindo tem*  
*O seu agosto azedo*  
*Cedo, antes que o janeiro*  
*Doce manga venha ser também*  
*Abacateiro*  
*Serás meu parceiro solitário*  
*Nesse itinerário*  
*Da leveza pelo ar*  
*Abacateiro*  
*Saiba que na refazenda*  
*Tu me ensina a fazer renda*  
*Que eu te ensino a namorar*  
*Refazendo tudo*  
*Refazenda*  
*Refazendo tudo, guariroba (GIL, 1975)*

“Refazenda” é uma música escrita e interpretada pelo grandioso cantor Gilberto Gil. Com uma mensagem potente, ela transmite a importância de respeitar o tempo da natureza e o tempo necessário para cada processo. A canção traz a humildade de nos enxergarmos não como o centro de tudo, mas como parte integrante de um todo. De trocarmos os nossos conhecimentos aprendendo e ensinando uns aos outros. Ensina-nos a apreciar as inúmeras belezas existentes enquanto esperamos que outras venham a florescer em seu próprio tempo.

Dedico esta pesquisa a todos que lutam por um mundo mais justo e igual, onde as pessoas tenham as mesmas oportunidades e sejam respeitadas na riqueza de suas singularidades. Às comunidades tradicionais, quilombolas e etnias indígenas, que possuem uma visão integrada do todo. A todas as pessoas que passaram por esta vida sem ter a liberdade de vivê-la plenamente. É para honrar todas as vidas ancestrais daqueles que se foram que eu luto, para que todos seus descendentes possam viver suas vidas com liberdade, igualdade e respeito.

## **INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento sustentável é atualmente um conceito amplamente discutido e promovido globalmente como uma solução para os desafios ambientais e socioeconômicos contemporâneos. No âmbito internacional, organizações como a

UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (em inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change) têm defendido medidas como a neutralidade de carbono para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover um futuro mais sustentável, buscando perpetuar a racionalidade econômica neoliberal através do discurso de uma possível sustentabilidade de suas práticas. No entanto, quando observamos contextos específicos, como o do agronegócio no Brasil e sua financeirização, levantam-se questões cruciais sobre a eficácia dessas práticas de “desenvolvimento sustentável”.

O agronegócio brasileiro, pertencente à lógica econômica neoliberal, tem se expandido significativamente, reconfigurando o espaço geográfico e impactando profundamente as comunidades locais e o meio ambiente. Este fenômeno de territorialização do agronegócio, caracterizado pela intensificação da produção agrícola e pecuária, tem sido associado a práticas de desmatamento, degradação ambiental e conflitos socioeconômicos, especialmente entre comunidades indígenas, como será demonstrado no caso da etnia Xavante.

A espacialização neoliberal, que prioriza o crescimento econômico e os investimentos financeiros, contrasta com as práticas de uma verdadeira sustentabilidade, uma vez que não se mostram compatíveis com a perpetuação das condições necessárias para o equilíbrio do ecossistema global, fundamental para a sobrevivência da espécie humana. A fortificação monetária do agronegócio, diante dos investimentos realizados na bolsa de valores e a retórica de sustentabilidade das empresas lideradas por grandes gestores de investimento, que afirmam adotar práticas sustentáveis mas se beneficiam das commodities agrícolas, levantam dúvidas sobre a viabilidade desse desenvolvimento ser efetivamente sustentável.

Neste contexto, a pesquisa tem como objetivo principal, analisar como a racionalidade econômica neoliberal, manifestada através da territorialização do agronegócio no Brasil, impacta os povos tradicionais, especialmente a etnia Xavante, e a sustentabilidade ambiental, destacando as contradições entre o discurso de desenvolvimento sustentável e a financeirização do agronegócio. E como objetivos específicos, examinar a origem e evolução da racionalidade econômica neoliberal e sua influência na estruturação do espaço brasileiro, com ênfase na formação política do agronegócio. Analisar a geo-grafia do agronegócio e

a desterritorialização das etnias indígenas, com foco na etnia Xavante. Discutir a crítica à neutralidade de carbono e a financeirização do agronegócio no Brasil.

O trabalho acadêmico foi realizado através de autores, que em sua grande maioria, pesquisam através da metodologia materialista histórica dialética. Sendo analisadas as realidades históricas, sociais e econômicas, para uma efetiva compreensão acerca do tema. Este método foi criado por Karl Marx e Friedrich Engels e enfatiza a interdependência e a transformação contínua das relações sociais e matérias.

Um bom exemplo para uma maior compreensão do método é o conceito de Região e Lugar onde o geógrafo Pedro P. Geiger, apresentou em sua obra, "Desterritorialização e espacialização". Ele aborda que região e lugar, pela lógica formal, tem uma diferença apenas quantitativa, onde região seria apenas a extensão de um objeto (globo terrestre, país, corpo humano). Sendo uma região, uma extensão de qualquer objeto, logo, ela é parte de um objeto maior e um lugar dentro dessa região é algo singular e específico. Essa lógica acredita que os conceitos são fixos, imobilizados em uma hierarquia estática. Na lógica dialética acredita-se que a análise do singular, por exemplo, o indivíduo é enriquecida quando se analisa não apenas o indivíduo singular, mas também toda a sua espécie (particular) e todos os seres vivos (universal).

O movimento que vai de cada um desses termos (singular, particular e universal) aos outros dois, não se interrompe nunca... Abrange também o movimento geral do universo, que afeta a estabilidade postulada pela lógica "pura", que modifica as coisas, o pensamento os conceitos... Todo conhecimento é conhecimento de um objeto. Então, os conhecimentos humanos crescem e determinam, sem parar, novos objetos e novas relações de objetos. (H. Lefèbvre, 1947, 207)

Como abordado por Geiger (1994), o conceito pode se referir tanto a coisas abstratas ou a coisas materializadas. Por exemplo, o indivíduo vivido é materializado, mas a espécie é uma abstração. Vemos pessoas, mas ninguém vê a espécie. Como Lefèbvre (1947) observa, é através do particular que o pensamento pode compreender o singular e é através da espécie que são compreendidas as relações entre os indivíduos e o mundo.

Utilizando o método materialista histórico dialético, Milton Santos, trouxe grandes contribuições para a Geografia, desenvolvendo o conceito de “sistema de objetos e ações” para analisar o espaço geográfico. Os objetos são um conjunto de elementos materiais no espaço (infraestrutura, edificações e paisagens naturais), e o sistema de ações é o conjunto de práticas e atividades humanas que utilizam e transformam os objetos no espaço. A interação dinâmica entre eles, a relação dialética entre os objetos e ações, onde cada um influencia e transforma o outro, permite compreender a produção e a transformação do espaço geográfico.

Aplicando principalmente os conceitos de Milton Santos, este trabalho acadêmico foi estruturado para correlacionar a racionalidade econômica neoliberal (ações), e sua infraestrutura (objetos), que moldam o uso e influenciam na organização do espaço. Dessa forma, a pesquisa visa analisar se a racionalidade econômica neoliberal, e o modo como vem moldando o espaço são compatíveis com as metas de desenvolvimento sustentável atrelados a essa mesma racionalidade e a convergência entre esse discurso e a financeirização do agronegócio.

No primeiro capítulo, intitulado “A Racionalidade Econômica Neoliberal e a Formação Política do Agronegócio”, a pesquisa se apoia nos trabalhos de diversos autores para construir uma análise sólida. Ruy Moreira (1993) fornece uma análise geo-histórica das transformações na relação entre homem e natureza, destacando como a visão quantitativa e mecanicista do mundo influenciou a racionalidade ocidental. Milton Santos (2000) contribui com os conceitos de objetos e ações e a formação econômica social da Europa. Pedro P. Geiger (1994) oferece uma análise das duas dimensões: urbanização e expansão do ecúmeno, iniciada pelos “descobrimientos” do final do século XV. Carlos Walter Porto Gonçalves (2006) é fundamental para o conceito de geo-geografia, enquanto Mariana Bona (2018) aborda o conceito de des-envolvimento. Para contextualizar a história da fome no Brasil, são utilizados os trabalhos de João Luiz da Silva e Alcindo José de Sá (2009). Finalmente, Caio Pompeia (2021) é consultado para a contextualização da formação política do agronegócio.

No segundo capítulo, intitulado “A Geo-geografia do Agronegócio e a Des-territorialização da Etnia Xavante - Os que resistem”, a pesquisa explora os conceitos de des-territorialização e geo-geografar de Pedro P. Geiger (1994). Maria

Lúcia Cereda Gomide (2011) é consultada para investigar o contexto geográfico da etnia Xavante. O episódio do podcast “O Joio e o Trigo” (2023), denominado “A Fé e o Conformismo no Reino Agro”, é utilizado para abordar o projeto Agro Xavante e seus impactos. Manuel Correia de Andrade (1994) é referenciado para a contextualização dos conceitos de território e desterritorialização.

No terceiro capítulo, intitulado “A Crítica à Neutralidade de Carbono e a Financeirização do Agronegócio no Brasil”, a pesquisa recorre a David Harvey (2011) para compreender a reestruturação das economias que favorece o capital. Maristella Svampa (2019) é utilizada para explorar o conceito de neoextrativismo na América Latina, enquanto Pedro P. Geiger (1994) novamente contribui com os conceitos de des-territorialização e geo-grafia. Outro episódio do podcast “O Joio e o Trigo” (2021), intitulado “Quando a Faria Lima Encontra a Boiada”, é consultado para entender a financeirização do agronegócio. A crítica do mercado de carbono é embasada com informações de sites como o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), ONU (Organização das Nações Unidas), UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) e Climate Impact Partners (Parceiros de Impactos Climáticos), bem como com o episódio do podcast “O Joio e o Trigo” (2024), denominado “Tem Algo Estranho no Ar”.

Na conclusão, são utilizados principalmente os trabalhos dos geógrafos João Rua (2007), que traz outras perspectivas de efetivas sustentabilidades, e Rogério Haesbaert (2020), que oferece uma perspectiva decolonial através dos conceitos de corpo-território e território-corpo.

## **Capítulo 1 - A Racionalidade Econômica Neoliberal e a Formação Política do Agronegócio**

A obra “O Círculo e a Espiral” de Ruy Moreira (1993), apresenta uma interessante perspectiva histórica sobre as transformações na relação entre homem e natureza. Destacando como a visão quantitativa e mecanicista do mundo moldou a racionalidade ocidental. Ele ressalta que anteriormente o mundo era percebido

através de uma concepção com grandes influências da filosofia natural, onde Aristóteles (384 - 322 aC), desenvolveu uma teoria denominada de “modelo geocêntrico” do mundo. Essa teoria perdurou por mais de 1400 anos, sendo amplamente aceita no mundo ocidental e islâmico durante o final da Antiguidade, idade média e início da Renascença. Sendo também aprimorada por Ptolomeu (c. 100 - 170 d.C).

Essas ideias eram aceitas na teologia cristã medieval e ensinadas nas universidades europeias como a visão do cosmos. Aristóteles, sustentava a ideia de que a Terra era esférica e era o centro do universo, devido a sua natureza pesada, sendo também fixa e imóvel. Ele dividiu o universo em duas regiões principais. A região sob-lunar, que era a região abaixo da Lua, que incluía a Terra, sendo composta por quatro elementos (terra, água, ar e fogo), e estando sujeita à mudança e a corrupção. E a região super-lunar, sendo a região acima da Lua, composta por um quinto elemento, denominado, éter, um elemento eterno e imutável, de onde os corpos celestes eram feitos e assim moviam-se ciclos perfeitos.

Até revolução copernicana, pensa-se o mundo à luz da concepção formulada por Aristóteles (384-322 antes de nossa era) e aperfeiçoada por Ptolomeu (século II de nossa era). A Igreja entenderá esta concepção nos termos dos preceitos bíblicos: os homens vivem no centro do mundo para que possam ver na plena amplitude do Universo a onipresença, a onipotência e a onisciência de Deus. (MOREIRA, 1993, pág. 1,2)

A racionalidade quantitativa da civilização europeia tem início na revolução copernicana. Ela ocorreu no século XVI e marcou uma mudança fundamental na astronomia e na visão de mundo. Foi desenvolvida por um astrônomo polônes, Nicolau Copérnico (1473-1543) sendo apresentada ao mundo a concepção de um modelo heliocêntrico do mundo, onde nela, o Sol, encontra-se no centro do universo, e a Terra, junto com os outros planetas, orbitam ao seu redor. Dessa forma, sugeriu que a Terra, na verdade, não era o centro do universo e sim um planeta que girava em torno do Sol assim como os outros. Além dessa importante nova teoria, também apresentou mais duas outras, sendo elas: A de rotação diária da Terra em torno de

seu eixo e a translação anual da Terra ao redor do Sol. Sendo assim, a revolução Copernicana desafiou a Igreja e a visão tradicional do universo, como Moreira (1993), aborda:

Desse modo, mais que o simples surgimento de uma nova Astrologia, a revolução copernicana é uma completa releitura da geofricidade do homem. É a criação de uma nova cosmologia, mudando a noção de estrutura e de localização das coisas no mundo, que inaugura o nascimento da ciência moderna e instaura sua nova concepção de mundo. Com a teoria heliocêntrica nasce a moderna Astronomia baseada na mecânica celeste, da qual sairá a moderna ciência da Física. Até então, os homens olhavam o mundo e não viam na natureza mais que o corpo de Deus. A partir de agora passarão a ver apenas a natureza racional. (MOREIRA, 1993, pág. 1,2)

Ao chegarmos ao século XVIII, o processo por fim se completou, uma vez que a uniformidade do mundo, que já vinha se afirmando através da padronização mecânica do seu movimento, ganha com a Lei da Gravidade a unidade interna que faltava. Fechou-se o circuito da construção do que daqui em diante será a essência da cultura de todo o Ocidente. Do Renascimento (surgimento da teoria heliocêntrica) ao Iluminismo (síntese newtoniana da Física Clássica) a visão de mundo revirou-se por completo no ocidente: o mundo—Deus cede lugar ao mundo—máquina; o mundo dos acidentes esporádicos por meio dos quais Deus saía da esfera supralunar para interferir no andamento da vida dos homens na esfera sublunar dá lugar ao mundo regido pelas leis constantes e regulares da razão matemática; o mundo encantado do corpo divino cede lugar ao mundo das formas racionalmente geometrizadas; o mundo dos fenômenos casuais cede lugar ao mundo causalmente explicado pela razão experimental—matemática. Estamos assim diante de um mundo rigorosamente regulado pelas relações constantes da matemática e que o homem pode conhecer e controlar, sem que cometa qualquer sacrilégio. (MOREIRA, 1993. pág. 2)

Essa concepção quantificada do homem eurocêntrico perante a natureza intensificou-se ao longo da história, como abordado por Moreira (1993), culminando nos dias atuais. Alguns desses períodos foram marcados como:

- Iluminismo (séc. XVIII), onde trouxe a razão, ciência e progresso através do conhecimento empírico.
- Revolução industrial (XVIII e XIX) onde começaram a aplicar os conhecimentos científicos à produção e à tecnologia, levando a mecanização e distanciamento do homem com suas atividades.
- Desenvolvimento da estatística e probabilidades (séc. XIX), aperfeiçoando métodos quantitativos para análise de dados.
- Revolução quântica e relativista (séc. XX), introduzindo teorias que transformaram a física, baseadas em rigorosos métodos matemáticos e empíricos.
- Desenvolvimento da computação e da teoria da informação (séc. XX), através da revolução da informática onde se trouxe uma análise quantitativa ao processamento de dados.
- Big data e análise de dados (séc. XXI), através do avanço da tecnologia e a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados transformou diversas disciplinas enfatizando abordagens quantitativas.

Moreira (1993), analisa que, referindo-se à natureza fomentou-se uma nova dicotomia ao mundo visto pela concepção eurocêntrica, distinguindo o natural e o não natural, passa a ser apenas natureza o que é matemático e constante, dela não fazendo parte os fenômenos subjetivos como cor, prazer, sentimento. Passando de uma natureza confusamente indivisa, para uma natureza separada do espírito. E para um homem inteiramente defrontado com um mundo de estranhamento. A natureza penetrada de subjetividade e o homem penetrado de objetividade dessensibilizam-se em um mútuo estranhamento.

### **1.1 - Industrialização, Expansão do ecúmeno e Globalização**

Quando analisamos essa distanciação do homem com o seu meio e atrelamos aos aspectos políticos e econômicos, como no domínio da racionalidade econômica capitalista globalizada e a revolução industrial, esse afastamento com o

meio apenas intensifica-se. Como abordou Santos (1996), ao dizer que no passado os objetos revelavam propósitos de cada sociedade e nos seus próprios meios era dada a realização de seus próprios fins. No mundo de hoje as ações chamadas racionais tomam com frequência esse nome a partir da racionalidade alheia. Como exemplificado por Geiger (1994), as duas dimensões, da urbanização e da expansão do ecúmeno, que teve início através dos “descobrimientos” do final do século XV e culminaram por concretizar a visão do Globo terrestre e da concepção da extensão do espaço geográfico como de fato ele é. Sustentadas pela industrialização, conjugaram-se as dimensões da urbanização e da expansão do ecúmeno. E assim, com grandes influências no desenraizamento das populações de seus territórios, pelas migrações para as cidades e pela colonização de novas terras.

De acordo com Sereni (1973), a formação econômico-social compreende a uma estrutura (objetos) que reúne a base econômica (ação), as relações de produção e a superestrutura (especialização). Geiger (1994), observou que na base econômica na Europa os países de extensão bem pequenas culminaram por ter seus territórios bem reduzidos, com fronteiras com países rivais, o que limitava a expansão de mercado. E dessa forma recriaram os impérios coloniais onde procuravam obter mercado para vender seus produtos e o fornecimento de matérias-primas. E assim, faz-se necessárias novas técnicas de transportes, tecnológicas, velocidade e de um crescimento da imigração, criando um enorme espaço econômico. Com as mesmas relações do capitalismo europeu, sendo estabelecidas no “novo mundo”. Uma vez que a estrutura capitalista do espaço europeu já causava empobrecimento e desemprego para a grande parte da população Europeia, a válvula de escape perfeita para essa população e para o fomento da especialização da superestrutura capitalista foi através da colonização das Américas, Austrália e África. Especializando a superestrutura e culminando em globalizar o mundo com a dialética do discurso de integração, mas o que verdadeiramente se vê é a fragmentação. Uma vez que com as novas imigrações impulsionadas pelas relações econômicas o homem europeu se desvincula de seu meio naturalizado e cultural, através de uma racionalidade com perspectivas quantitativas sobre o mundo, desvinculando os povos originários através da imposição de suas próprias especializações.

Através do paradigma de Porto Gonçalves (2006), da “geo-grafia do des-envolvimento”. Onde a geo-grafia, se torna um verbo, um ato/ação/prática de marcar a terra, onde “diferentes agentes escrevem lógicas territoriais, marcas, práticas e usos que re-significam o espaço e, assim, com novos signos, grafam a terra, geo-grafam aos seus interesses, reconfigurando a sociedade e seus territórios.

Desde o princípio da colonização o que foi observado foi essa implementação de uma nova “geo-grafia” (Gonçalves, 2006), procurando dominar e exterminar todas as “geo-grafias” já presentes, através de uma visão racional do mundo, onde o homem eurocêntrico, perde sua ligação com o meio ao qual pertence como um animal que faz parte da natureza e dela necessita.

Como dito por Geiger (1994), os imigrantes que vieram da Europa para os países do Sul, perderam os laços culturais que tinham com suas nações. Dessa forma, não apenas perdendo laços culturais mas laços de afeto e conhecimento do meio em que nasceram inseridos, intensificando assim, o distanciamento do homem com o meio, intensificando a racionalidade quantitativa do mundo. Como Geiger exemplifica, com a superestrutura, foram estabelecidas novas relações de Estado/Nação entre a população e o território. Uma vez que na Europa, devido a proximidade e as inúmeras guerras, não necessariamente quando se pertence a um mesmo Estado se pertence a uma mesma Nação. Isso é possível de ser visto, por exemplo, através de quantos idiomas são falados em um mesmo país e onde os nomes dos Estados trazem a ligação com a nação. Estado e Nação, não se superpõem perfeitamente. Nas Américas, os Estados antecedem as Nações (para os migrantes europeus), com populações das mais diversas origens culturais. O nome “brasileiro” era o nome dado ao comerciante de pau-brasil, madeira que deu origem à colônia, sendo a primeira matéria-prima extraída do Brasil para fomentar a economia e espacialização europeia.

É nítido observar que através dessa migração e essa imposição de nova uma nova “geo-grafia” (Gonçalves, 2006), o que está se impondo nada mais é dos que novos objetos geográficos através da tentativa de “des-territorialização” dos povos originários, buscando impor novas grafias a terra, negando seus envolvimentos com o território. Através da mesma concepção, na palavra “des-envolvimento” (Bona, 2018) e (Gonçalves, 2006), assim como em “des-territorialização”, com o prefixo

“des” sendo um prefixo polissêmico – apresenta tanto com um significado de negação quanto de reversão nos itens lexicais a que se adjunge. Sendo assim, a palavra “desenvolvimento” pode ser compreendida como uma negação ao envolvimento com o meio (Bona, 2018), ou de reversão (Gonçalves, 2006), sendo compreendido como a anulação, a não aceitação de determinado envolvimento para imposição de um outro “des-envolvimento”. Sendo analisado essas dominações por exemplo com o pós-modernismo como exemplifica (Geiger, 1994), com os imigrantes europeus, através de suas arquiteturas, reunindo em um mesmo local objetos trazidos de diversos locais e de diversos tempos, proclamando assim subjetivamente a des-territorialização e espacialização colonizadora.

Através da obra de Moreira (1993), é possível refletir sobre como essas transformações históricas podem ter influenciado a mentalidade humana, culminando na crise ambiental atual. Através da espacialização econômica capitalista e seus objetos, o homem eurocêntrico desvinculou-se de seu meio cultural, olhando o território com domínio, onde nele tudo se é possível de acordo com seus interesses econômicos.

A Geografia como diz Souza (2018), que traz, no cerne de sua identidade e como uma de suas tradições mais inconfundíveis, a pretensão de promover uma ponte entre o estudo da natureza e o estudo da sociedade. Uma racionalidade apenas matemática e quantitativa que não analisa que um território é muito além de sua base física, não estudando e validando as diversas territorialidades presentes não consegue compreender a complexidade existente no território.

E é devido a essa fragmentação que essa pesquisa defende que não há como haver um “desenvolvimento” que seja efetivamente sustentável, oriundo de uma ciência fragmentada e eurocentrada.

Sendo a separação do físico e do humano, como duas coisas distintas e distantes que trouxeram a humanidade e diversas outras espécies ao momento atual. Logo, é preciso buscar soluções em concepções que aproximem natureza e homem, diferentes das mesmas, que afastaram tanto o homem de seu meio a ponto de ele não o considerar vital. Como poderíamos solucionar os problemas ecossistêmicos, adotando medidas como, neutralização de carbono, sem estabelecer uma conexão mais profunda e significativa com nosso meio ambiente?

Conforme Moreira (1993), argumenta, o homem está, a cada momento, menos envolvido ao meio ao qual pertence. Nesse contexto, o termo “desenvolvimento sustentável” exemplifica, a incoerência já abordada. Como des-envolvermos mais de nosso próprio meio, sustentavelmente (lendo está, através da compensação de quantificação e neutralidade de carbono) pode levar o homem a realmente reparar a infinidade de problemas ecossistêmicos ao qual se depara e o ameaçam? Reconhecer onde nos equivocamos e reaprender diante de perspectivas de povos que ainda permanecem conectados com o meio em que vivem, é essencial para garantir um futuro em harmonia com a natureza.

Milton Santos, utilizando o método materialista histórico-dialético, desenvolveu conceitos de grande influência para a Geografia, conhecidos como objetos e ações. Esses conceitos permitem uma compreensão mais profunda das constantes transformações do espaço. Baseando-se em Schutz (1967, p.61), Santos (2008), define que a ação é a execução de um ato projetado e sua intenção. Trata-se de um processo, dotado de propósito, alinhado às ideias de Marx e Engels que abordaram que, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, modificando tanto sua natureza íntima quanto a externa.

Atualmente, as ações projetadas e executadas em diversos lugares do mundo são cada vez mais estranhas aos homens e aos lugares nos quais são implementadas. Da mesma forma, os objetos surgem e/ou são ressignificados para atender o propósito de ações que muitas das vezes não são de conhecimento direto da população local. Os objetos podem ser entendidos como tudo que serve de instrumento para realização das ações. A criação de objetos corresponde às condições sociais e técnicas de um determinado período histórico, e sua reprodução também obedece a condições sociais.

Nesta segunda parte do capítulo, iremos abordar as ações e objetos ligados ao agronegócio e sua conseqüente espacialização. Discutiremos como essas ações foram concebidas, organizadas e estruturadas e quem era o maior beneficiado com o lema “segurança é comida”? Esta parte da pesquisa revela a dialética entre o discurso de segurança alimentar e a organização espacial de determinadas épocas no Brasil, demonstrando como, através de seus objetos e ações, culminou-se na organização espacial que levou à fome da população brasileira.

### 1.3 - Formação Histórica da Fome no Brasil

Antes de discutirmos a formação do agronegócio, é importante contextualizar alguns dos períodos espaciais que ocorreram no Brasil e suas relações com as baixas ofertas de alimentos para a população. A fome no Brasil tem raízes profundas que remontam ao período colonial, do século XVI a XIX.

Quando os colonizadores chegaram ao Brasil, estabeleceram-se no litoral e a base de sua economia era a cana de açúcar e o trabalho escravo. O objetivo das ações era a exportação e comercialização da cana-de-açúcar, com a proposta da plantação em larga escala de uma monocultura. Isso marcou o início da desconfiguração e implementação das novas “grafias” Gonçalves (2003), no Brasil pelos colonizadores. As práticas de policultura das etnias indígenas e africanas, foram abolidas, sendo esses povos escravizados e obrigados a plantar conforme a lógica da monocultura. Os objetos da época, segundo Santos (2000), incluíam engenhos de açúcar, portos, que eram essenciais para a exportação de produtos agrícolas e importação de bens e escravos, casas grandes e senzalas, igrejas, etc. A organização espacial e econômica do Brasil colonial favorecia a exportação em detrimento das necessidades internas.

A alimentação dos colonos, nesse primeiro momento, vinha em grande parte importada, enquanto a alimentação da população mais pobre e dos escravizados era muito menos variada. Em Salvador, por exemplo, a população mais pobre se alimentava basicamente de mariscos, farinha de mandioca e peixes. Em tempos de escassez, a fuga para o campo era uma alternativa para não morrerem de fome, uma vez que consumiam algumas folhas, raízes e frutos.

No século XVII, a pecuária trouxe um rearranjo espacial na colônia, com o povoamento do interior do país. No entanto, a fome persistiu. Orientados exclusivamente pelos rendimentos do açúcar, os senhores de engenho e lavradores não estimulavam seus escravos a plantar roças, situação que contribuía para as crises alimentares. Entre o final do século XVII e início do século XVIII, houve 25 anos de fome no Brasil e outros dois terços com muita escassez de alimentos. A

essência da questão se encontrava nas relações entre o grande produtor mercantil e a produção para o abastecimento interno, já que o comércio colonial oferecia rendimentos mais elevados, delegando a pobreza aos pequenos agricultores (Rocha e Guedes, 2006). O sistema econômico da época não favorecia a diversificação das atividades, sendo limitado pela demanda interna e pelas condições inerentes ao processo produtivo em geral.

Para Magalhães (2004), assim como para Castro (2004), as crises de subsistência no período colonial decorriam da própria estrutura produtiva colonial inscrita nas deficiências organizacionais do sistema agrário. Rocha e Guedes (2006), pontuam que no início do século XVIII, o governo colonial procurou impedir que os agricultores mudassem os tipos de cultivo, o que conseqüentemente gerou mais escassez. Em 1700, o governo tomou a primeira medida para combater a fome, substituindo áreas destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar e tabaco por plantações de alimentos, embora ainda limitadas e destinadas aos colonos.

Com a difusão do modo de produção capitalista, ocorreu a abolição da escravatura, uma expansão demográfica e mudanças nas estruturas de classes e no mercado interno. Os colonos das fazendas de café começam a se revoltar contra os altos preços pagos nos produtos importados e os baixos preços pagos nos produtos exportados. O povo rebelou-se por melhores salários e pela redução do valor dos alimentos. Durante a guerra, o mercado exportador de alimentos cresceu, mas por volta de 1920, começou a enfrentar forte concorrência internacional (Rocha e Guedes, 2006, Bonfim, 2000).

A fome existente no Brasil, desde a chegada dos colonizadores, sempre esteve ligada à estrutura econômica produtiva, com ações, objetos e conseqüente espacialização, beneficiando apenas os colonos. Nunca, desde os primórdios, a estrutura econômica produtiva foi pensada para suprir as necessidades da população. Com o modo de produção capitalista, essa situação se intensificou, com o capital concentrado nos colonos no Brasil passando a se concentrar em países do exterior. A dependência do Brasil em relação a outros países aumentou, tornando-o um grande exportador de commodities agrícolas para ração animal ou produção de produtos industriais.

#### 1.4 - A formação política do agronegócio

Os anos 50, 60 e 70 tiveram uma confluência de fatores muito importantes que explica como se culminou no estágio atual. Onde os conceitos de agronegócio e revolução verde foram cunhados e a sociedade começou a ser bombardeada com a premissa de que a monocultura é o único caminho para movimentar a humanidade. Pompeia (2021), aborda que nos anos 40, o termo “agrobusiness” surgiu através de um grupo de acadêmicos da Harvard Business School, tendo como objetivo relacionar as áreas que falassem sobre agricultura e negócio. Estando a frente dessa integração de áreas o decano Donald K. David, que argumentou nos anos 50 que: “Os negócios e a agricultura norte americanos devem progredir juntos, e líderes nos dois campos reconhecem há tempos a necessidade de uma conexão mais próxima. Nós esperamos dessa cátedra, uma contribuição real para essa compreensão, e para uma consciência geral da inter-relação entre esses dois fatores básicos do bem-estar norte-americano.” A partir da doação de George M. Moffett, que era presidente da Corn Products Refining Company (fabricante de produtos derivados de milho), criou-se a condição para criação da cátedra de Agricultura e Negócio em Harvard (McCune, 1956).

O termo “agrobusiness” emergiu em uma instituição associada à economia capitalista, defendendo princípios como propriedade privada, mercado livre, lucro, ampla concorrência e acumulação de capital. O termo surgiu do programa Moffet Program in Agriculture and Business (Programa Moffet em agricultura e agronegócio), cujo objetivo era aprofundar a compreensão dos estudantes sobre a relação entre gestão agrícola e atividades secundárias (indústria) e terciárias (comércio e serviço). O investimento inicial para a movimentação institucional, veio da indústria de alimentos, à medida que essas corporações buscavam um maior controle sobre as terras através da verticalização de seus negócios, ou seja, dominando todo o processo de produção. Isso impulsionou o interesse e a necessidade de investir na racionalização qualificada desses empreendimentos intersetoriais, influenciando diretamente no crescimento dessas corporações.

Entre os profissionais convidados por Donald K. David para o conselho, destaca-se, John. H. Davis, doutor em economia agrícola e administração de empresas. Davis trabalhou durante oito anos como secretário-executivo do Conselho

nacional de cooperativas dos agricultores (National Council of Farmers Cooperatives) e foi convidado a ocupar a posição de diretor do Moffet Program. Um ano antes, Davis havia assumido o cargo de secretário assistente no Departamento de Agricultura (USDA), durante a gestão presidencial de Dwight D. Eisenhower, onde trabalhou com Ezra Taft Benson, um entusiasta de uma menor participação governamental na agropecuária, alinhando-se aos interesses liberais.

Ao assumir a posição acadêmica, o discurso de Davis era liberal, defendendo a liberalização na agricultura, destacando a menor dependência dos produtores ao Estado, dando um maior potencial à iniciativa privada de regular a oferta e demanda. Davis apresentou o termo “agribusiness” ao público pela primeira vez em 1955, defendendo a importância do agrobusiness para economia nacional norte-americana, embora suas análises fossem carentes de explicações metodológicas.

Davis (1956) defendia a necessidade de maiores unidades produtivas agrícolas e com isso, desincentivando cerca de dois milhões de family farmers (algo similar a agricultura familiar no Brasil) a continuar no ramo do agronegócio. Ele apoiava apenas aqueles que possuíam maiores unidades de terra e recursos tecnológicos, enquanto os demais deveriam buscar empregos fora de suas terras. E assim, como aponta Caio Pompeia (2021), esses argumentos macroeconômicos nunca mais saíram da narrativa de defesa do agrobusiness, chegando décadas mais tarde no Brasil e ajudando a legitimar adesões políticas às demandas do agronegócio.

A partir de 1970, uma crítica se tornou bastante relevante à associação do agrobusiness às corporações. Como destaca Pompeia (2021), o termo de agrobusiness nasceu em uma escola de negócios, não de agronomia, interessando profissionais diretamente ligados aos negócios. No Brasil, a noção também ganhou destaque primeiramente em uma escola de administração na USP e só depois na área de agronomia. E ainda em 1958, o Banking, jornal da American Bankers Association (Associação Americana de Banqueiros), anunciava as oportunidades relacionadas ao agrobusiness (Wood, 1958), onde se falava em adequar o sistema de financiamento para o que seria uma nova agricultura.

Em meados de 1960, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson, propôs ao parlamento que os Estados Unidos liderassem a “guerra contra a fome”, onde os países em desenvolvimento deveriam começar a modernizar suas estruturas de produção de alimentos, transferindo o foco da distribuição de alimento de excedentes agrícolas dos EUA para os países que careciam (os quais estavam em sua área de influência na guerra fria), para o discurso de modernização dos mesmos. A premissa era de que, através de cálculos do USDA (Departamento de Agricultura), o consumo humano havia ultrapassado a produção mundial agrícola. O lema então se dava por “segurança é comida” e então a noção de agrobusiness se instalava internacionalmente, no contexto da Guerra Fria.

Conforme discutido nesta pesquisa sobre a formação histórica da fome no Brasil, observa-se que o território brasileiro foi espacializado através de uma estrutura que inicialmente beneficiava predominantemente os colonos e, posteriormente, países externos. A espacialização hegemônica sempre visou fins lucrativos de poucos à custa de muitos. O que mais se cultivava eram os produtos de maior interesse econômico. Portanto, é muito complexo afirmar que o problema da fome no Brasil começou devido ao aumento demográfico. A verdadeira fonte do problema parece residir na espacialização colonizadora do território brasileiro, que resultou em grandes concentrações de terra nas mãos de poucas pessoas.

As alterações de estratégia, que passaram da administração dos excedentes agrícolas para a industrialização, despertaram um interesse das corporações de atuarem em suas autopromoções com apoio acadêmico. Dois meses depois, a escola de negócios de Harvard acolheu no Moffett Program uma reunião entre, os membros de corporações, o governo federal e a academia.

Após essa reunião, as empresas responsáveis de prover insumos às fazendas, bem como industrializar e comercializar os produtos agropecuários, defenderam a necessidade de uma “sofisticação produtiva e comercial” para uma política alimentar de escala mundial. Com essa premissa, buscaram mudanças na legislação que visavam redirecionar o orçamento público das políticas de administração de excedentes para a promoção sistêmica das corporações em países menos desenvolvidos. Em outras palavras, queriam que o governo participasse ativamente dos empreendimentos nos Estados, permitindo que essas

empresas iniciassem seus negócios com menos riscos e, posteriormente, comprassem gradualmente a participação do governo.

Essas ações eram características claras da racionalidade neoliberal que começara a se expandir, implicando como aponta Dardot e Laval (2016), um papel ativo do Estado na criação das condições necessárias para a expansão dos mercados, através de políticas intervencionistas que visam universalizar a lógica de concorrência e modelo de empresa. Por intermédio de uma competição generalizada, acompanhada de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio da concorrência. Os autores defendem que o neoliberalismo é uma racionalidade, que visa não apenas estruturar a conduta dos governantes, mas também a dos governados, fazendo com que os indivíduos passem a competir a cada momento mais intensamente uns com os outros.

A mobilização promovida por corporações em torno da noção de agrobusiness era clara: disputar recursos públicos com as políticas de garantia de preços de produtos agrícolas, fundamentais para a sobrevivência de grande parte dos family farmers. Ou seja, a proposta de menor participação estatal para a política de sustentação de renda, tal como defendia por Davis (1955), era contraposta a reivindicação por forte atuação governamental na promoção das iniciativas das grandes empresas no exterior. Não se tratava, de diminuir a participação estatal na economia, mas de garantir uma seletividade sobre ela de acordo com os interesses corporativos. (POMPEIA, 2021, pág. 61)

Era evidente que o objetivo das grandes corporações era ganhar mais capital e aumentar sua influência em outros Estados, utilizando para isso o apoio de seus próprios governos, com parte do dinheiro público que anteriormente era destinado aos family farmers para lidar com os excedentes de produção e que beneficiava não só a eles como a população em geral, tanto nos EUA quanto nos países com escassez de alimentos.

Em 1967, iniciou-se o primeiro evento após a proposta organizada em Harvard. A cúpula do governo federal estava positiva em relação à proposta e, desse evento, nomeado “Primeira conferência do agrobusiness: em busca do

equilíbrio alimentar internacional”, consolidou-se a atuação público-privada, com patrocínio da Chicago Board of Trade, a maior bolsa de commodities do mundo dos Estados Unidos (Humphrey, 1967). O presidente afirmava que os países em desenvolvimento que mais haviam crescido eram os que os agentes empresariais ocupavam espaço de destaque.

A modernização agrícola no Brasil ocorreu por meio das elites rurais, que ao obterem os auxílios de crédito altamente subsidiados pela política agrícola da Revolução Verde, se integraram ao esquema estratégico neoliberal das corporações americanas. Essas elites foram transformadas em grandes empresários do agronegócio, adquirindo máquinas, equipamentos e insumos modernos. No entanto, muitos também contraíram dívidas significativas, que frequentemente não conseguiam pagar, aumentando assim o domínio de influência dessas corporações no território brasileiro. Dessa forma, o espaço brasileiro foi cada vez mais dominado pela racionalidade neoliberal, conforme destacado por Moreira (2003, p. 130).

Além disso, essas corporações estrangeiras tinham um interesse estratégico em transformar o Brasil em um grande fornecedor de commodities. Ao dominar a produção e exportação de commodities agrícolas, essas empresas poderiam obter grandes lucros e ampliar seu controle sobre os mercados globais. As políticas neoliberais implementadas no Brasil facilitaram esse processo, promovendo a abertura econômica, a desregulamentação e a privatização, permitindo que essas corporações operassem com menos restrições e maiores incentivos.

Essa dinâmica não resolveu o problema da fome, ao contrário do que a fábula da globalização prometia (Santos, 2000). Beneficiou apenas uma quantidade ínfima de indivíduos, além de causar degradação ambiental significativa e um aumento considerável da fome no Brasil. Isso ocorreu porque o território brasileiro foi utilizado pelos mandantes do agronegócio principalmente para a exportação de commodities agrícolas. A fome no Brasil só foi parcialmente reduzida em determinados momentos graças às políticas públicas intermediadas pelo Estado.

O mundo da globalização é um mundo confusamente percebido como coloca Santos (2000), no qual se é contemplado o grande avanço da ciência e das técnicas, as quais são precisamente desenvolvidas com as estratégias de funcionalidade para fomentar a própria racionalidade econômica da qual foram

elaboradas e desenvolvidas. Dessa forma, há uma aceleração das mais diversas atividades, acelerando assim o tempo natural para o tempo agora mecanizado. Através da globalização do mundo como uma fábula, onde ela quer se mostrar magnífica e tudo parece possível aos homens. Vende-se o discurso que vai estrategicamente condicionando a vida social e a pessoal de cada indivíduo a serviço do império do dinheiro. O discurso era a homogeneização, a realidade é o acentuamento das diferenças locais. O discurso nasce com o sonho de uma cidadania universal mas a realidade é o culto ao consumo e ao individualismo.

## **CAPÍTULO 2 - A Geo-grafia do Agronegócio e a Busca Pela Des-territorialização da etnia Xavante - Os que resistem**

O Brasil é o país com a maior área de florestas protegidas do mundo e os territórios brasileiros que possuem o maior percentual de florestas conservadas são os territórios indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Sendo de enorme importância para o ecossistema global e conseqüentemente as mudanças climáticas. Estudos e levantamentos indicam que esses territórios ainda mantêm-se preservados devido às práticas de manejo e ao respeito pela biodiversidade de grande parte do povo tradicional. Essas áreas são muitas vezes barreiras para as degradações ambientais que costumam ocorrer de práticas espaciais atreladas a racionalidade neoliberal. São os povos tradicionais os responsáveis por ainda termos essa grande extensão de florestas preservadas, onde esse feito ocorreu através de muita luta, muitos extermínios e muita resistência. Porém, no momento atual a territorialização do agronegócio nas terras indígenas vem se complexificando ainda mais do que anteriormente. Por exemplo, com a sociedade envolvente que cerca a etnia Xavante, com incontáveis atos de tentativa de intimidação e com degradações ambientais no entorno, que tornam as práticas tradicionais a cada momento mais dificultadas e a redução e fragmentação de seus territórios.

Atualmente, uma das esferas de impacto nas etnias indígenas é a racionalidade neoliberal, manifestada através do agronegócio, que busca adentrar territórios indígenas com mais uma tentativa de “desterritorializar” (Geiger, 1994) e “geo-grafar” (Gonçalves, 2006), seus territórios. Esse fenômeno deveria ser de preocupação global, dada a alarmante crise climática que enfrentamos e a insustentabilidade evidente da racionalidade neoliberal.

A preservação das florestas nas comunidades tradicionais se deve, em grande parte, às práticas opostas ao capitalismo neoliberal. No entanto, se as etnias responsáveis por essa preservação adotarem a mesma racionalidade que levou o mundo ao estado atual, as conseqüências climáticas serão ainda mais severas, acentuando todas as piores previsões previstas e possivelmente culminando em um colapso ecossistêmico global.

Nesta parte do capítulo, discutiremos a territorialização do agronegócio na etnia Xavante e o projeto denominado Agro Xavante, com base nas investigações do podcast O Joio e O Trigo, da série denominada: “A Invenção do Indivíduo (a fé e o conformismo no reino agro)”. Fala do Repórter João Peres:

O fogo é o primeiro gesto humano. Quando aprendemos a usar o fogo para transformar os alimentos, nós entendemos que podíamos fazer muitas outras coisas. Em nome do fogo erguemos florestas e muralhas, cidades e templos. Criamos a cultura e a culinária. Do cru ao cozido, nasce a cultura e da cultura nasce a humanidade. É quando a cultura nasce que os Xavantes começam a contar o tempo. Eles aprenderam a olhar as estrelas de Pleiads, para saber quando plantar, caçar e coletar. E também começaram a contar a passagem dos anos, que é a base para a organização da sociedade. Foi assim que nasceu uma organização tão complexa, que os brancos precisavam dominar e exibir, como se fosse um troféu. Já os brancos, não tinham memória nenhuma da origem do fogo. Mas eles não esqueceram, nenhum minuto da origem de um papel tão comum quanto qualquer outro, mas ao qual eles atribuíram um valor. Em nome do dinheiro os brancos derrubaram florestas e ergueram novas muralhas. Criaram a classe social e a barbárie. Inventaram os primitivos e a pobreza. E foi assim que os Xavantes descobriram que estavam morando em cima de um monte de dinheiro. Ou melhor, de terras que valiam muito dinheiro. Então os Auwê se viram obrigados a aceitar um nome que não era deles, Xavante. E a aceitar um Deus, que não era deles o "Dapoto", criador de todas as coisas. Hoje o fogo é usado para acelerar o fim dos tempos. A motosserra, o trator e o correntão completam o time do progresso. Nós esquecemos a agricultura e a culinária. Do cozido ao cru, morre a cultura. E da morte da cultura, morre a humanidade. O fogo, é o último gesto humano.

Através da fala acima, podemos observar a mudança na relação da humanidade e o fogo. Inicialmente, o fogo teve uma importância fundamental na vida humana, permitindo a transformação dos alimentos, o surgimento da cultura e uma maior observação do céu noturno. O fogo os aquecia, permitindo que passassem mais tempo acordados durante a noite, e assim, com uma maior observação celeste começaram a desenvolver uma relação entre os astros e a passagem do tempo, adquirindo conhecimento de padrões em estações do ano e relacionando estes com suas colheitas e plantio. Como retratado na imagem abaixo, todas as atividades se concentravam ao redor do fogo.

**Figura 1** - O fogo como Elemento Central



Fonte: Obtida no site do Instituto Socioambiental

Porém, atualmente, ocorre uma inversão de valores. O fogo, que antes era central e essencial para vida humana, agora assume um novo papel. Movido pela ganância do homem, o fogo agora representa a destruição e talvez, o nosso fim.

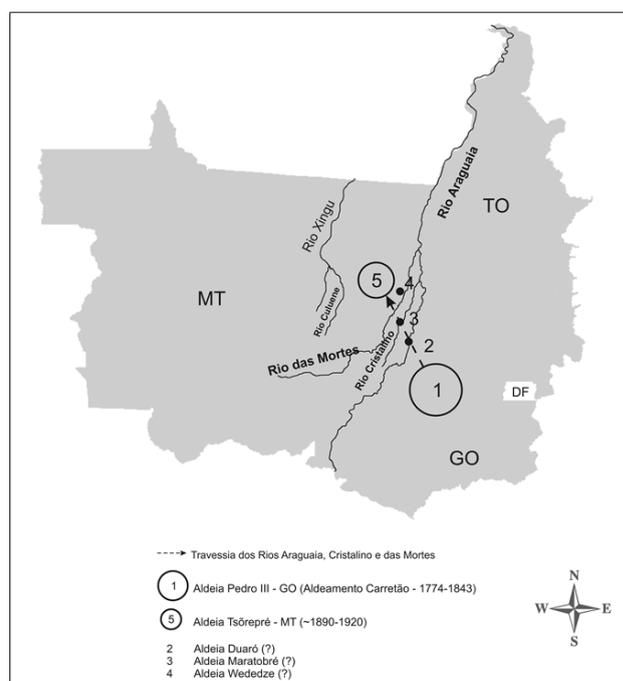
## 2.1 - Contexto geográfico da etnia Xavante

Os Xavantes juntamente com os Auwê formam o grupo Akuen pertencem ao tronco linguístico Macro-jê. Eles se autodenominam A'uwe. O povo Xavante vive atualmente no estado do Mato Grosso, distribuído em nove terras indígenas: Marechal Rondon, Sangradouro, São Marcos, Parabubure, Ubawawe e Chão Preto, Areões, Pimentel Barbosa e Marãiwatsede. A população Xavante é de aproximadamente 14 mil pessoas, distribuídas de forma irregular em diversas aldeias nas terras citadas.



e territorial, os grupos Xavante se dividem e constroem novas aldeias. A partir de então, se constituiu seu território, tendo como eixo de ligação a bacia do Rio das Mortes.

**Figura 3:** Mapa das Aldeias da Etnia Xavante



Fonte: Fernando Kawakubo & Maria Lúcia C. Gomide (2007).

A segunda vez que os brancos fizeram contato com os Xavantes ocorreu em momentos distintos. Primeiramente, nos anos 1930, houve a chegada dos missionários. Durante a Segunda Guerra Mundial, o mercado da borracha foi aquecido e os seringueiros se espalharam pelo Mato Grosso, resultando em novos massacres e deslocamentos de etnias que acabavam entrando em conflito entre si. Um dos motivos para o envio dos missionários foi a tentativa de "amansar" os índios ferozes e civilizá-los. Através dessa aproximação, conseguiram estabelecer uma sede em São Domingos e construir uma pequena vila. Alguns anos depois, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) apareceu, e os missionários se retiraram. O chefe da expedição do SPI era Pimentel Barbosa, que estava a caminho das aldeias na Serra do Roncador quando foi morto pelos Xavantes, em um ato de autodefesa.

A "marcha para oeste" teve um momento precursor comandado pelo Marechal Cândido Rondon, um positivista cujas ideias de contato com os indígenas eram pautadas pela integração "natural" ao progresso, deslegitimando todo conhecimento que não fosse científico. Rondon acreditava que os indígenas aceitariam Deus, inverteriam seus valores, tornariam-se sedentários e dependentes das técnicas desenvolvidas para fomentar o capital, transformando-se em agricultores de monocultura e pecuaristas. Ele foi o primeiro presidente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que antecedeu a Funai. O SPI, com sua perspectiva de progresso atrelada aos interesses do capital, tinha como objetivo retirar os índios de seus territórios, que eram considerados importantes para o desenvolvimento do progresso. Para isso, buscavam atrair os índios com presentes na tentativa de "pacificá-los".

Somente em abril de 1946, o SPI começou a avistar os Xavantes e tentou um contato pacífico. Os Xavantes, percebendo o aumento do assédio da sociedade envolvente e sofrendo com doenças frequentemente introduzidas por roupas propositalmente contaminadas pelos brancos, também buscavam remédios. Esse contato marcou o fim da marcha indígena de fuga para o oeste (Gordon, 2006); embora resistissem, encontravam-se cercados.

Nessa época, o presidente era Getúlio Vargas, que estava desenvolvendo a política de ocupação do centro-oeste, a "marcha para oeste", com o objetivo de avançar pelos "espaços vazios" e expandir o território nacional, desconsiderando a invasão dos territórios indígenas. Dentro dessa política, o SPI estabeleceu 24 Postos Indígenas de Atração (PIA), dos quais cinco estavam localizados no Mato Grosso.

**Figura 4** - Troca de presentes entre grupos locais xavante e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)



Fonte: Lamônica/Museu do Índio (1951)

A colonização dos Xavantes é iniciada em 1944, os colonizadores tinham interesse na exploração de minerais.

A proposta da Marcha para o Oeste induzia a ideia de uma segunda conquista do território pátrio, animando uma nova onda expansionista agora impulsionada pelo ideal da modernização. Observa-se a incorporação material das novas terras sendo novamente acompanhada pela violência que marca o avanço da frente pioneira, e de novo conhecendo uma apropriação simbólica do processo que o interpreta como uma nova epopéia na construção do país (Moraes, 2002).

Após muitos conflitos entre o povo Xavante e os ocupantes, o Estado brasileiro finalmente delimitou as terras indígenas Xavante na década de 1970. Essas terras foram divididas intencionalmente em pequenas áreas isoladas, fragmentando o território original. Os Xavantes frequentemente contestam esses limites, buscando reaver seu território tradicional nos cerrados do Mato Grosso.

## **2.2 - Projeto Agro Xavante e os Impactos na Etnia Xavante**

Com uma parte do episódio “A Invenção do Indivíduo (a fé e o conformismo no reino agro)” do podcast “O Joio e o Trigo”, será discutida a ideologia do progresso propagada pela Funai durante o governo Bolsonaro e os estragos que ela causou aos povos indígenas, afetando seus lugares, territórios e paisagens. O Joio, analisou uma cultura indígena forte e centenária contrastada com o culto ao dinheiro, ao desenvolvimento e ao agronegócio.

Parte do episódio: A Invenção do Indivíduo (a fé e o conformismo no reino agro):

“O arrendamento de terras indígenas é inconstitucional e viola o Estatuto do Índio e o Estatuto da Terra. No entanto, avançou devido à proteção de um procurador do Ministério Público Federal, do governo estadual de Mauro Mendes e da direção bolsonarista da Funai. A entrada de Bolsonaro no planalto parecia ser a estratégia perfeita para o projeto Agro Xavante se impor. Um dos participantes do

projeto era o fazendeiro José Nardes, irmão de Augusto Nardes, amigo de Bolsonaro e ministro do Tribunal de Contas da União. Foram encontrados 1500 hectares em nome de José Nardes na região, sugerindo interesses pessoais na concretização do projeto, uma vez que suas áreas de plantio provavelmente dobrariam de tamanho com a aprovação.

O projeto Agro Xavante consiste oficialmente em uma área de mil hectares desmatada em Sangradouro. No entanto, essa é a primeira mentira, pois a área real é de mil e quinhentos hectares. A segunda mentira é que o projeto se renovaria anualmente, mas o contrato falava em onze anos e uma área total de onze mil hectares, representando 10% do Sangradouro. Na proposta, os quatro fazendeiros ficariam com 80% do lucro, após descontarem todos os custos com maquinário, fertilizantes e agrotóxicos. Para a população Xavante, restariam apenas três sacas de soja por hectare, resultando em uma média de, no máximo, cento e cinquenta reais para cada morador de Sangradouro, não demonstrando ser vantajosa a relação custo-benefício, uma vez que os impactos socioambientais são significativos.

Em 2020, no meio da pandemia, o projeto começou a ser implementado. No final de julho de 2022, os quatro fazendeiros que integram o projeto foram multados pelo Ibama pelo desmatamento ilegal. Pouco depois, o Joio, revelou uma série de ilegalidades envolvendo o Agro Xavante, expondo a investida do agronegócio sobre terras indígenas, o que trouxe consequências incômodas para os fazendeiros e para os grupos Xavantes adeptos ao agronegócio. Através das reportagens, um secretário municipal foi demitido, a Polícia Federal abriu uma investigação e a bancada do PSOL na Câmara pediu a atuação do Ministério Público Federal.

Logo após esses acontecimentos, a cúpula da Funai, sob a direção bolsonarista que se recusava a demarcar terras indígenas e negligenciava projetos de gestão sustentável dos territórios, foi até Mato Grosso para se reunir com os Xavantes em uma reunião secreta não registrada na agenda da Funai. A repórter Tatiana Melino obteve com exclusividade o áudio dessa reunião. Nessa reunião, o coronel Fernando Fantasine Moreira, diretor de promoção ao desenvolvimento sustentável da Funai em 2022, afirmou que houve um mal-entendido com o Ibama e que algumas cúpulas queriam que os indígenas continuassem a viver vidas

“pacatas” sem progresso. Ele alegou que a área já havia sido utilizada anteriormente, mas não houve mal-entendido, como apontado pelo Joio e demonstrado por imagens de satélite. Apenas uma parte da área havia sido utilizada anteriormente, e Sangradouro entrou para a lista em 2021 das terras indígenas com o maior percentual de desmatamento, de acordo com os mapas do Mapbiomas.

Enquanto isso, a área técnica da Funai em Barra do Garças, responsável pelas terras Xavantes, ficou vários meses sem resposta da Funai de Brasília. Ainda assim, na reunião em Sangradouro, a cúpula da Funai se comprometeu a criar laudos que reforçassem uma versão fantasiosa da história, numa tentativa de dar fim ao embargo do Ibama.”

Com base no trecho acima do episódio do Joio, podemos perceber que essa economia de sociedade envolvente que se alastrou nas proximidades da etnia Xavante inevitavelmente tem muitos efeitos negativos. Esse termo surge da ideia de sedução, onde muitos povos indígenas têm sido envolvidos e oprimidos pela lógica do dinheiro e da violência. Através da filosofia do positivismo, difundida no Brasil, os brancos desvalorizavam os saberes indígenas e só legitimavam os conhecimentos científicos, excluindo os conhecimentos tradicionais. Essa visão pode ser analisada através do lema “Ordem e Progresso” da nossa bandeira, por exemplo. Como se antes estivesse tudo desorganizado, como demonstrado na palavra com o prefixo polissêmico “des”, com significado de negação e reversão, proposto por Bona e Gonçalves (2018, 2006). “Desenvolvimento”, sendo então compreendido como o ato de negar o envolvimento antes estabelecido para um novo envolvimento. Ou de negar o envolvimento com o meio, nesse caso, dos saberes tradicionais do homem, para se tornar cada vez menos conectado e mais dependente das tecnologias frutos do modelo econômico capitalista. Dessa forma, objetivando introduzir a concepção de que estar conectado e ter a capacidade de sobreviver no meio natural do qual fazemos parte é algo sem valor.

Em entrevista ao podcast “O Joio e o Trigo” o repórter João teve uma conversa com Sipazé, membro da etnia Xavante, sobre os impactos negativos do agronegócio e das políticas governamentais sobre seu povo. Sipazé criticou a prosperidade oferecida pelo governo Bolsonaro, que na verdade deixa os Xavantes em situação de pobreza. Historicamente, os Xavantes viviam em abundância, mas o

contato com a sociedade envolvente trouxe problemas como anemia e desnutrição infantil. Atualmente, os Xavantes enfrentam problemas de saúde como diabetes e hipertensão, resultantes da perda das roças tradicionais e da introdução de alimentos industrializados. Com a chegada de Bolsonaro, a Funai transformou-se em um vetor de fome.

Outro membro da etnia destacou a importância dos sonhos na cultura Xavante, que guiam as decisões comunitárias. A mudança na temática dos sonhos, influenciada pelas missões religiosas, criou uma narrativa de conformismo. A organização social Xavante é complexa, estruturada em clãs e facções, e a intriga é um elemento central, porque é na guerra que eles se organizam. Os Xavantes se dividem em três clãs, em oito classes de idade e em dois grupos de parentesco, e é o cruzamento de todas essas divisões que dá corpo à organização social dos Xavantes.

Os Xavantes se reuniram para discutir a instalação de uma usina hidrelétrica, mas a compensação financeira foi a única alternativa apresentada. A legislação brasileira exige consulta prévia aos povos indígenas, mas a Funai bolsonarista não seguiu essas normas. A Funai transformou-se em uma corretora imobiliária, deixando os Xavantes sem confiança nas suas ações.

Como abordado por Andrade (1994), a ideia de território está intrinsecamente ligada à ideia de domínio, poder, e gestão de determinada área, seja este poder público, estatal ou de grandes empresas privadas. Empresas que ignoram fronteiras políticas e se estendem por grandes áreas territoriais. Atualmente, a influência das empresas é maior do que a do próprio Estado na gestão do território. Como diz Andrade (1994), as pessoas desenvolvem um maior sentimento de territorialidade quando participam da gestão do território no qual habitam. No Brasil, desde a colonização, não houve uma política de gestão do território (exceto nos territórios de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas) até o governo Vargas, que tentou com o discurso da “Marcha para Oeste” expandir suas áreas de ação e domínio. Posteriormente, com a transferência da capital para Brasília e a construção de estradas que ligavam Brasília a diversos pontos do território brasileiro, além da transferência de grande parte da população.

Uma relação dialética, como demonstra Andrade (1994), porque ao mesmo tempo que essa gestão de interesses de alguns ampliava suas territorialidades, para outros, que eram afetados por essa expansão, provocava exatamente o oposto, a desterritorialização. Como com as etnias indígenas, como os Xavantes, que quando se deram conta já estavam cercados pela sociedade envolvente e as ameaças e intimidações constantes em seus territórios. Sendo na expansão do território e na consolidação da territorialidade que as etnias indígenas mais sentiram os choques que os violentavam e continuam a violentar. Como diz Andrade (1994), no uso da terra e nas diferentes concepções culturais, onde um enxerga a terra como mercadoria e o outro através do valor de uso, tirando dela somente o que é necessário para viver. O conceito de des-territorialidade (Geiger, 1994), carrega o mesmo prefixo polissêmico “des”, trazendo a ideia da negação da territorialidade antes presente e a reversão da territorialidade presente.

### **CAPÍTULO 3 - A Atual Financeirização do Agronegócio no Brasil e a Crítica à Neutralidade de Carbono**

Como Harvey (2011) bem argumenta, as crises são intrínsecas ao capitalismo e são usadas para reestruturar economias de forma que favoreçam o

capital. Sendo assim, pode-se dizer que muitas das políticas econômicas e ambientais são manipuladas para beneficiar grandes corporações e interesses neoliberais.

A dimensão histórico-estrutural do extrativismo está vinculada à invenção da Europa e à expansão do capital. Associado à conquista e ao genocídio, o extrativismo na América Latina vem de longa data. Desde o tempo da colonização europeia os territórios americanos foram alvos de destruição e saques. (Svampa, 2019, pág. 26)

Como abordado no início desta pesquisa, desde a expansão do ecúmeno que o geógrafo Geiger (1994) descreveu, a história do Brasil foi marcada pela des-territorialização e pelo extrativismo, conforme analisado na breve contextualização da história da fome no Brasil. Através de diversos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital, houve, como destaca Svampa (2019), um grande contraste entre lucro extraordinário e extrema pobreza, resultando em uma enorme perda de vidas humanas e na degradação de territórios, que foram convertidos em área de sacrifício. Esse modo de acumulação impõe novas geografias (Gonçalves, 2016) e busca apagar as já existentes.

Atualmente falamos do neoextrativismo com novos objetos que otimizam ainda mais a exploração do Brasil, como será abordado neste capítulo diante da financeirização do agronegócio. Através dessa otimização, como aponta Svampa (2019), o neoextrativismo, impulsiona a sua própria crise de projeto através da crise socioecológica atual. E mais uma vez, como diz Harvey (2011), encontra uma maneira de se beneficiar, como será visto adiante.

### **3.1 - Financeirização do Agronegócio no Brasil**

Em outro episódio do podcast “O Joio e o Trigo”, denominado “Quando a Faria Lima Encontra a Boiada”, é abordado como o agronegócio vem se tornando

cada vez mais complexo. João Peres (2021), repórter do podcast, contextualiza o momento:

“Com o Brasil se consolidando como o espaço central para um novo ciclo de acumulação brutal de dinheiro nas mãos de poucas pessoas. O agronegócio brasileiro está se tornando o principal agronegócio global, e com o tempo superará o agronegócio dos Estados Unidos. As enormes reservas de água do Brasil e seu território preservado fazem do país um espaço fundamental para esse ciclo de acumulação. Sem o Brasil, esse ciclo não seria possível.”

A dinâmica neoliberal vem se complexificando no momento atual, especialmente com a entrada de pessoas físicas no processo de financeirização. O agronegócio atua hoje como uma espécie de fiador dos maiores gestores de financiamento do mundo. Apenas os cinco maiores gestores de investimento do mundo controlam o PIB dos Estados Unidos e da China, influenciando significativamente muitas corporações globais nas quais eles têm grandes participações e, conseqüentemente, afetando as ações que interferem na vida dos indivíduos e no meio ambiente.

O fato de o Brasil ainda possuir (devido à preservação pelos povos tradicionais) as maiores reservas de água e floresta do mundo fez com que o país se tornasse crucial para esse ciclo de especulação do agronegócio.

No início do governo Lula, foram regulamentadas as LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) e os CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio). A seguir, abordaremos como funciona o esquema das LCAs:

1. As pessoas físicas investem em LCAs, muitas vezes não possuindo a compreensão de que estão realmente investindo. Os bancos, usam esse dinheiro investido pelas pessoas físicas para conceder empréstimos aos produtores rurais. Os produtores rurais, usam esse dinheiro para financiar suas produções agrícolas.
2. Os bancos, então, lucram com os juros pagos pelos produtores rurais sobre os empréstimos que pegaram. Esse lucro era repassado em parte para o governo que através do Plano Safra investia pelo menos

200 bilhões de reais em créditos públicos, sendo o maior financiador desse setor, outra parte era repassada para o respectivo banco (público e/ou privado) que operou a transação e outra parte destinava-se para os grandes gestores de investimento que compravam LCAs (destinando também crédito a produtores rurais) e recebiam os juros dessa operação.

3. A situação começa a mudar rapidamente, segundo dados da Traive Finance, no ano de 2022/2023 o Plano Safra era responsável por 74% das LCAs porém, um ano depois, de 2023/2024 o Plano Safra passou a ser responsável por apenas 51% das LCAs. Esse acentuado aumento ocorre devido ao gestores de investimento estarem comprando mais LCAs ou diretamente na compra de terras agrícolas e consequentemente aumentando os seus lucros exponencialmente.
4. Ao comprarem terras agrícolas e através do fomento constante da demanda de commodities, que é crucial para a espacialização (Santos, 2000) mundial, eles conseguem vender essas terras por um valor a cada momento maior do que compraram em um período muito curto de tempo.

Tudo isso visa fomentar as produções dos produtores rurais para o plantio do que for mais lucrativo para a exportação de commodities. Por exemplo, as maiores produções agrícolas brasileiras são de soja e milho. Em 2023, as estimativas da produção de soja no Brasil, de acordo com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), foram de 149,4 milhões de toneladas, com cerca de 94,1 milhões de toneladas exportadas, representando aproximadamente 63% da produção total. A China foi o maior importador de soja, adquirindo mais de 70% da produção, sendo mais de 80% desses grãos destinados para ração animal, conforme a S&P Global Commodity Insights. A produção de milho foi estimada em 113,6 milhões de toneladas em 2023, com 32 milhões de toneladas exportadas. Segundo o Joio, apenas 3% da produção de milho foi destinada ao consumo humano no Brasil, 3% dos 68% que não foram exportados, mas foram destinados para ração animal.

Essas informações indicam que a maior parte das terras no Brasil está sendo direcionada para a produção de ração animal e para especulação fundiária,

beneficiando principalmente bancos e gestores de investimentos devido às suas especulações e consequente domínio sobre o território brasileiro. No episódio “Quando a Faria Lima Encontra a Boiada” do podcast O Joio e o Trigo, o presidente da BrasilAgro, André Guillaumon, afirmou em 2022: “Eu falo sempre que a restrição (de permitir que empresas estrangeiras comprem terras no Brasil), é uma restrição ao capital, o que está se restringindo é a entrada do capital no país e isso a gente tem que tirar”. Apesar do nome “Brasil Agro”, ela é controlada por investidores argentinos e, por isso, não poderia ter comprado terras no Brasil sem a autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, a empresa controla quase 300 mil hectares, o que equivale a duas vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Como o Joio destacou, trata-se de uma grande inversão histórica do discurso. Durante a ditadura, o pretexto para empreender a grande marcha ao Oeste era a necessidade de ocupar o território, os militares diziam que precisavam “integrar para não entregar”, mas agora a ofensiva é para entregar as terras brasileiras a bilionários estrangeiros.

Com a entrada de Jair Bolsonaro no processo eleitoral, os títulos financeiros ligados ao agronegócio começaram a ferver. O Joio exemplificou perfeitamente o que estava acontecendo: cada passo em direção ao desmatamento do Cerrado e da Amazônia se transformou em uma oportunidade de lucro. Quando Bolsonaro anunciou que transferiria a FUNAI para o Ministério da Justiça, sob o comando de Sérgio Moro, os títulos do agronegócio experimentaram um dia de euforia em 5 de dezembro de 2018, com 15 mil contratos de LCAs sendo negociados, um número extremamente atípico e um volume de dinheiro 300 vezes maior do que no dia anterior. A partir desse momento, o mercado financeiro encontrou constantemente novos motivos para celebração, como quando Bolsonaro assegurou que Ricardo Salles seria o Ministro do Meio Ambiente e quando ele e a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, apresentaram a MP do Agro (que visava modernizar e facilitar o acesso ao crédito rural e promover a expansão do financiamento privado para o setor agropecuário). Outros momentos de euforia incluíram o avanço da legalização da grilagem de terras e o desmonte das leis de licenciamento ambiental. A ofensiva dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro teve um impacto significativo na escala desse processo, criando mais mecanismos para atrelar a terra ao mercado financeiro e facilitar a tomada de terras pelas corporações financeiras.

Quem são essas gestoras de investimento e quais são as empresas nas quais elas têm grande influência? Vamos citar aqui apenas duas das maiores gestoras de investimento do mundo: BlackRock e Vanguard Group, que controlam aproximadamente 10 trilhões de dólares de investimentos, cada uma. Algumas das empresas nas quais elas têm uma considerável participação são: corporações que controlam sementes (Bayer, Monsanto), fabricantes de agrotóxicos (Bayer, Monsanto), frigoríficos (JBS, BRF), supermercados (Carrefour, Pão de Açúcar), empresas de aplicativos de entrega de comida (iFood, Rappi, Uber Eats), além de Apple, Microsoft, Amazon, Johnson & Johnson e muitas outras.

Muitas dessas empresas controladas por essas duas grandes gestoras adotam discursos de sustentabilidade, como práticas de carbono neutro. No entanto, será que essas grandes empresas realmente implementarão essas práticas? Será que elas permitirão o freio na financeirização do agronegócio, que depende do desmonte das leis ambientais e da grilagem de terra para perpetuar e se tornarem ainda mais poderosas? Ou será que esse desenvolvimento sustentável é apenas um pretexto para desviar a atenção da população dos verdadeiros problemas que estão causando a gravidade ambiental e climática que vivenciamos?

Desde os primórdios da colonização, o território brasileiro foi estruturado sob uma racionalidade quantitativa voltada para o lucro de poucos, à custa de muitos e da degradação ambiental. Estamos aproximadamente 524 anos à frente e esse ciclo apenas se intensifica. A pobreza e a miséria se alastram, e a natureza como conhecemos se modifica rapidamente.

### **3.2 - Crítica ao Mercado de Carbono e o Desenvolvimento Sustentável**

O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) é o órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) responsável por avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas, fornecendo avaliações regulares sobre os impactos e riscos futuros, e buscando contribuir com opções para adaptação e mitigação dos problemas ambientais.

No sexto relatório de avaliação do IPCC foi admitido que:

A vulnerabilidade futura dos ecossistemas às mudanças climáticas será fortemente influenciada pelo desenvolvimento passado, presente e futuro da sociedade humana, incluindo o consumo e produção insustentáveis em geral e as crescentes pressões demográficas, bem como o uso e manejo insustentáveis persistentes da terra, oceano e água (alta confiança). As mudanças climáticas projetadas, combinadas com fatores não climáticos, causarão perda e degradação de grande parte das florestas do mundo (confiança alta), recifes de corais e zonas úmidas costeiras baixas (confiança muito alta). Enquanto o desenvolvimento agrícola contribui para a segurança alimentar, a expansão agrícola insustentável, impulsionada em parte por dietas desequilibradas, aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas e humanos e leva à competição por terra e/ou recursos hídricos. (alta confiança) (B.2.3)

Como principal alternativa defendida pelo IPCC para evitar danos ambientais maiores, destaca-se o conceito de “desenvolvimento resiliente”. Este tipo de desenvolvimento enfatiza a resiliência, permitindo que a natureza tenha tempo para se recompor dos impactos sofridos. Trata-se de uma abordagem que deve ser adaptada para cada local específico, integrando as necessidades e conhecimentos de povos e comunidades locais.

O desenvolvimento resiliente ao clima é avançado quando os atores trabalham de maneira equitativa, justa e capacitadora para reconciliar interesses, valores e visões de mundo divergentes, em direção a resultados equitativos e justos (alta confiança). Essas práticas se baseiam em diversos conhecimentos sobre riscos climáticos e os caminhos de desenvolvimento escolhidos respondem por impactos, riscos, barreiras e oportunidades climáticas locais, regionais e globais (alta confiança). As vulnerabilidades estruturais às mudanças climáticas podem ser reduzidas por meio de intervenções legais, políticas e de processos cuidadosamente projetadas e implementadas, do local ao global, que abordam as desigualdades com base em gênero, etnia, deficiência, idade, localização e renda (confiança muito alta). Isso inclui abordagens baseadas em direitos que se concentram na capacitação, participação significativa dos grupos mais vulneráveis e seu acesso a recursos essenciais, incluindo financiamento, para reduzir riscos e se adaptar (alta confiança). As evidências mostram que os processos de desenvolvimento resilientes ao clima vinculam conhecimento científico, indígena, local, prático e outras formas de conhecimento e são mais eficazes e sustentáveis porque são localmente apropriados e levam a ações mais legítimas, relevantes e eficazes. (D.2.1)

Nas FAQs, do IPPC eles resumem abordando que para que sejam alcançadas as metas de resiliência e sustentabilidade são necessárias: “mudanças nos valores subjacentes, visões de mundo, ideologias, estruturas sociais, sistemas políticos e econômicos e relações de poder. Dessa forma, impulsionando a mudança para o bem-estar, reduzindo o risco climático, combatendo as desigualdades e injustiças.”

Ou seja, com a proposta de desenvolvimento resiliente ao clima se é admitido pelo IPPC, um órgão da ONU (Organização das Nações Unidas), em que dois dos países com maior influência de decisões políticas (EUA e Reino Unido) adotam um modelo econômico neoliberal, que para se atingir as metas climáticas estabelecidas seria preciso uma mudança no modelo hegemônico atual de desenvolvimento. O IPCC demonstrou em sua última avaliação regular que, para aplicar o desenvolvimento resiliente, o aumento de temperatura global deveria ficar entre 1,5°C a 2°C, devido às limitações da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos de se adaptarem, onde em 2°C, muitas espécies já não conseguiriam mais se adaptar.

Em dezembro de 2015, em Paris, um importante tratado foi acordado por 196 países, conhecido como “Acordo de Paris” com o intuito de intensificar as ações no combate às mudanças climáticas globalmente. Uma de suas principais metas é manter “o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais” e buscar esforços “para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais”.

A UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) admitiu que as ações contra as mudanças climáticas necessitam ser intensificadas, mas celebram um avanço: o desenvolvimento da política de baixo carbono e o seu potencial econômico no mercado. O Protocolo CarbonNeutral, fundado em 1997 e administrado pela Climate Impact Partners (Parceiros de Impactos Climáticos), com uma equipe de gestão composta por diretores de diversas áreas financeiras, sendo apenas o líder da equipe especializado em sustentabilidade e mercado de carbono. O esquema das etapas para obtenção da certificação CarbonNeutral®, são:

1. Definir: Entender exatamente o tamanho de sua pegada.

2. Medir: Calcular com precisão e conservadoramente.
3. Alvo: Definir metas para reduzir a pegada definida e compensar todas as restantes.
4. Reduzir: Entregar as reduções internas e compensar todas as emissões restantes por meio do financiamento de reduções e remoções verificadas de emissões.
5. Comunique-se: Demonstre sua ação climática e envolva suas equipes, clientes e partes interessadas.

Basicamente, os créditos de carbono consistem em certificados que representam a redução de emissões de gases de efeito estufa. Cada crédito equivale a uma tonelada de CO<sub>2</sub>, que não foi emitido ou que foi retirado da atmosfera. Eles são vendidos para empresas ou governos que precisam compensar suas próprias emissões de carbono. Empresas que querem ou precisam demonstrar seus compromissos com a “sustentabilidade”, compram esses créditos para equilibrar suas emissões e cumprir metas ambientais. Essa é a meta que vem sendo contemplada com o maior sucesso pela UNFCCC. Contudo, como já apresentado nessa pesquisa, é notório que a gama de problemas ambientais causados pelo modelo econômico neoliberal vai muito além das emissões de gases de efeito estufa e que, para um real combate do colapso ecossistema são necessárias ações de caráter multidimensional.

O conceito de carbono neutro traz um caráter mais quantitativo do que social para a contenção dos danos ambientais. Conforme já apresentado, o próprio IPCC aponta que, para que as metas sejam atingidas, é necessário pensar em um outro modelo econômico, como proposto com o desenvolvimento resiliente. No entanto, o carbono neutro surge não como uma alternativa de modelo ao desenvolvimento, mas como uma tentativa de perpetuação do mesmo, através da mitigação dos danos que ele causa. O sucesso do carbono neutro é, portanto, questionável, especialmente considerando que os Estados Unidos, o principal país que adota uma economia neoliberal, possui os maiores gestores de investimento do mundo. Esses gestores, que concentram o maior capital financeiro mundial, exercem fortes influências nas políticas do país e do mundo.

O ciclo de acumulação desses trilionários gira em torno do neoextrativismo, conforme abordado por Svampa (2019), o que lança luz sobre a crise do projeto da modernidade e a atual crise socioecológica. Esta crise, que põe em risco a vida no planeta (Antropoceno), está intrinsecamente ligada à crise ecológica e à crise da modernidade. Assim, torna-se difícil visualizar como os problemas ambientais seriam sanados através de propostas oriundas do mesmo modelo econômico que os gera.

Atualmente as pessoas que menos têm culpa pelo colapso climático são as que mais são afetadas por ele. Um exemplo é a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Gurupá, onde foi realizada uma outra investigação do podcast do “Joio e o Trigo” do episódio: “Tem Algo Estranho no Ar”. Que aborda um projeto de carbono no Pará e o contrato firmado com as comunidades quilombolas, através da empresa Carbonext, que se afirma como a maior emissora de créditos de carbono do mundo. A proposta da empresa é garantir a conservação da floresta em troca de créditos de carbono. O percentual de 80% do território quilombola foi congelado para conservação, ou seja, as comunidades quilombolas agora têm apenas 20% de seus territórios para suas atividades tradicionais. Essa lógica de “comprar crédito de carbono” é complexa e contraditória, e muitas pessoas das comunidades não compreendem como ela realmente funciona. As comunidades têm medo de perderem sua autonomia sobre suas terras devido a esse congelamento imposto ironicamente a elas. Devido às suas práticas tradicionais e suas concepções de integração com o território, elas já buscam a sua preservação e a verdadeira sustentabilidade, entendendo a importância da preservação do meio para sua sobrevivência e de todo o ecossistema que é integrado. Além disso, os “benefícios” financeiros ainda não chegaram à comunidade.

Portando, o projeto se objetifica através de muitas incoerências, uma vez que, ao invés de serem “comprados créditos de carbono” de territórios que já são preservados devido a relação da comunidade com a natureza, os projetos deveriam ser redirecionado para um maior investimento na regeneração de áreas degradadas. Embora isso não compense verdadeiramente toda a verdadeira riqueza simbólica de cada território que foi des-territorializado (Geiger, 1994) e a extinção do ecossistema local, ainda seriam uma forma mais coerente de mitigar as consequências ambientais. Além disso, é necessário frear o modelo econômico que impulsiona a

degradação, e implementar ações para auxiliar e tentar proteger as comunidades tradicionais e a população mais pobre dos impactos ambientais já originados.

Com o mercado de carbono, os grandes poluidores continuam com as suas respectivas práticas insustentáveis mas agora com “selos de sustentabilidade”, apropriando-se da preservação de comunidades tradicionais que já preservam seus territórios, retirando a autonomia delas sobre o meio e assim vendendo o discurso de preservação.

Esse modelo de crédito de carbono se mostra como uma apropriação neoliberal das pautas ambientais, vendendo um discurso de sustentabilidade obscuro que, na verdade, tem apenas um intuito: perpetuar a lógica hegemônica neo-extrativista. Como Harvey (2011, pág 74), já analisava há mais de uma década, “ A classe capitalista, é óbvio, está sempre feliz de ter seu papel deslocado e mascarado por uma retórica ambientalista que não a toma como a criadora do problema.”

A relação com a natureza tem duas vias em que os caprichos e contingências das mudanças evolutivas que ocorrem naturalmente são correspondidos pelos caprichos e contingências das situações sociais, econômicas e políticas que definem tanto o significado quanto a relação com a natureza. Barreiras à acumulação se dissolvem perpetuamente e se reformam em torno da questão da chamada escassez natural e, às vezes, como Marx salientou, essas barreiras podem ser transformadas em contradições e crises absolutas. (Harvey, 2011, p. 74 e 75).

Portanto, pensar apenas na neutralização do carbono, sem considerar como esse modelo econômico e social afeta e desregula a biodiversidade, alterando espaços, paisagens e territórios, não possui uma efetiva sustentabilidade. Os desequilíbrios ecossistêmicos, regionais e globais são profundos, com inúmeras alterações ambientais permanentes além dos severos impactos sociais, consequências de nossos modos de produção e exploração de recursos naturais. Esses impactos também são responsáveis por grandes alterações climáticas quando consideramos toda a cadeia ambiental, como é o caso dos corais, cuja extinção pode desencadear a extinção de milhares de espécies a ele dependentes, alterando todas as margens litorâneas terrestres, e em outros ecossistemas de forma direta

como os mangues. Sendo assim, torna-se imprescindível pensar para além da sustentabilidade que visa manter a lógica econômica que impulsiona o mundo, a gravidade ambiental na qual milhões de espécies se deparam.

## **CONCLUSÃO**

Ao longo dessa pesquisa, foi possível obter uma compreensão mais profunda de como, através de uma perspectiva mais quantitativa e mecanicista do mundo, desenvolveu-se o homem eurocêntrico e distanciado do meio ao qual pertence e necessita. Um homem que muitas vezes não se vê integrado e condicionado ao seu meio natural, lidando com a natureza como um meio econômico a ser explorado para acumulação. Nesse contexto, as relações são estabelecidas através do valor, e tudo se transforma em mercadoria.

O positivismo, como aborda Rua (2007), sendo a marca da ciência ocidental, levou à especificação do conhecimento, impactando diversas áreas, incluindo, a Geografia. Esta disciplina não nasceu dicotômica, mas se tornou assim, passando de uma análise integrada da natureza e sociedade, para uma abordagem fragmentada de cada esfera. Com o tempo, surgiu novamente a necessidade de uma visão mais integrada, a fim de compreender os processos através de forma holística. Rua (2007) esclarece que os geógrafos começam a desenvolver um discurso mais integrador do espaço multidimensional, que é ao mesmo tempo físico-material, socioeconômico, político-administrativo, simbólico-cultural. Assim, podemos privilegiar uma dimensão específica, mas sem negligenciar o que não está sendo privilegiado, sempre tendo em mente as múltiplas dimensões do espaço.

Baseado nessa perspectiva integradora, essa pesquisa foi elaborada utilizando autores que compartilham dessa metodologia. Entre eles, Milton Santos, que contribuiu significativamente para a Geografia com o desenvolvimento dos conceitos de objetos e ações e de como isso reflete no espaço geográfico. A pesquisa analisou como, através do pensamento econômico articulado com a política, desenvolveram-se ações que resultaram em objetos criados para atender suas propostas, espacializando um meio através do modelo econômico neoliberal. Este modelo, que como visto ao longo da pesquisa, surgiu com a premissa da globalização. Rua (2007), aborda que o desenvolvimento socioespacial do mundo ocidental pregou a homogeneidade, mas produziu a heterogeneidade. Embora o progresso técnico difundido pelo capitalismo ocidental, tenha sido promovido, também ampliou as fraturas sociais. Parafraseando com Santos (2000) a maneira como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor econômico e social são duas violências centrais. Esses alicerces

do sistema ideológico justificam as ações hegemônicas, levando ao império das fabulações, percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo.

Como observado ao longo de toda a pesquisa, o discurso de desenvolvimento é apresentado uma fábula, como através da necessidade de industrialização dos países sobre o domínio dos Estados Unidos na Guerra Fria e da Revolução Verde, com a premissa de uma “guerra contra a fome”. No entanto, a realidade se revelou perversa, resultando na des-territorialização (Geiger, 1994) de etnias indígenas, e na imposição de uma nova geo-grafia (Gonçalves, 2006), tornando o mundo cada momento mais heterogêneo e desigual.

É como através da metáfora socioespacial, “o Ocidente e o Resto”, sendo multiescalar/transescalar manifestando-se em múltiplas escalas, simultaneamente. Como Rua (2007), parafraseia com o Hall (2005, p. 77), o “Rest” está no “West” e acrescentaríamos que o desenvolvimento, sendo multidimensional, abrange as escalas de sociedades/Estados-nação, classes sociais, territórios, indivíduos/local, em que o Eu e o Outro se incorporam no cotidiano, vivendo multiescalarmente (mas desigualmente) as diferentes territorialidades a que têm acesso. A racionalidade econômica neoliberal opera através da dialética da fábula e da perversidade, ampliando as desigualdades.

Podendo-se observar essa dialética através de como o espaço vem sendo configurado com a financeirização do agronegócio. Como disse Santos (2000, pág. 39), “através da violência que ocorre em como a informação é fornecida a sociedade”, o que podemos correlacionar com o investimento de pessoas físicas em ações que fomentam a especulação do agronegócio e a consequente escassez de alimentos, desigualdades sociais e intensificação da degradação ambiental. O que ocorre por falta de informação ou pela manipulação das mesmas, deixando grande muitos indivíduos sem uma completa compreensão de como esse fenômeno vem a impactar suas vidas. Além disso, como também aborda Santos (2000, pág 39), “a emergência do dinheiro em estado puro como motor econômico e social”. Os maiores gestores de investimento do mundo perpetuam o ciclo de exploração econômica, mantendo a população refém desse ciclo. Porque mesmo que os indivíduos estejam cientes desse fenômeno individualmente, muitos estão à mercê

dessa lógica, precisando de meios de complemento de suas rendas para que consigam viver em um mundo cada momento mais competitivo e desigual.

Ao analisar a possibilidade de alternativas ao “desenvolvimento”, lembra que não há nenhuma aplicável a todos os lugares e a todas as situações. Entretanto aponta para duas abordagens complementares que poderiam funcionar como estratégias de ação: a resistência de grupos locais apresentada às intervenções dominantes, que permitiria a esses grupos a construção de formas e práticas inovativas do ponto de vista ecológico, da biodiversidade e da etnodiversidade, e a desconstrução do desenvolvimento e a busca de um pós-desenvolvimento. (Escobar 1995, p. 222)

A pesquisa compartilha de uma mesma perspectiva de Escobar (1995), concluindo que, para que sejam traçadas verdadeiras políticas de sustentabilidade, seja necessário construir conjuntamente com comunidades que possuem concepções alternativas a esse des-envolvimento (Bona, 2018), insustentável. É essencial envolver grupos que vivam em uma maior harmonia com o seu meio, valorizando o comum, o coletivo, perspectivas de vivências decoloniais. Como muito bem contextualizado por Haesbaert (2020), onde definiu dois conceitos relacionados ao pensamento decolonial, sendo eles: corpo-território, que relaciona o corpo humano como um território, de resistência e de identidade, sendo essa concepção muito relevante no contexto feminista e indígena. Sendo o corpo visto como o primeiro território que uma pessoa possui e controla, sendo influenciado e marcado por relações de poder, gênero, raça e classe. Essa perspectiva enfatiza a corporeidade e como o corpo se torna um campo de luta e resistência. E o conceito de território-corpo, que expande essa ideia de corpo-território para incluir a Terra como um corpo. Sendo uma forte concepção de povos indígenas que veem a Terra como um ser vivo, um corpo que nutre e sustenta a vida. Sendo a terra, não apenas um recurso a ser explorado, mas um ser com o qual se tem uma relação de pertencimento e interdependência.

Sendo assim, de extrema importância uma análise que considere tanto a dimensão material quanto simbólica do território, conforme proposto por Rua (2007) e Haesbaert (2020). Enquanto Rua (2007) nos convida a uma leitura integrada do espaço, Haesbaert (2020) nos lembra que essa integração deve incluir a

compreensão do corpo como território e da terra como um corpo. Essa perspectiva decolonial desafia a lógica hegemônica neoliberal, propondo uma visão mais holística e relacional da sustentabilidade, que respeite e valorize as práticas e conhecimentos dos povos tradicionais. Dessa forma, buscando alternativas a esse desenvolvimento sustentável oriundo da lógica hegemônica, para encontrar soluções que sejam efetivamente sustentáveis e justas, respeitando a integridade dos territórios e a diversidade cultural que eles abrigam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.** In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220.

BONA, Mariana. **Desenvolvimento e descolonização: o dilema do desenvolvimentismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DAVIS, John H. **From agriculture to agribusiness.** Harvard Business Review, v. 32, n. 6, p. 107-115, 1954.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ESCÓBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the third world.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Des-territorialização e espacialização.** In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafia da dominação: a dialética do desenvolvimento desigual.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, David. **The enigma of capital and the crises of capitalism.** London: Profile Books, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

MAGALHÃES, José Carlos de. **A crise da sociedade contemporânea: uma análise crítica.** São Paulo: Cortez, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral: para uma crítica do espaço**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

ROCHA, João Bosco Guedes; GUEDES, Cláudia. **A formação da fome no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RUA, João. **Desenvolvimento, espaço e sustentabilidade**. In: **Paisagem, espaço e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 213-240.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

SERENI, Emilio. **Storia del paesaggio agrario italiano**. 2. ed. Roma: Laterza, 1973.

SILVA, João Luiz; SÁ, Alcindo José de. **Fome e miséria no Brasil: uma história geográfica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Maristella Svampa; tradução de Lígia Azevedo. - São Paulo: Elefante, 2019.

Haesbaert, R. (2020). **DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS**. *GEOgraphia*, 22(48).  
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>

**UNFCCC**. United Nations Framework Convention on Climate Change. Disponível em: <https://unfccc.int>.

**IPCC**. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Disponível em: <https://www.ipcc.ch>

**UNFCCC**. United Nations Framework Convention on Climate Change. Disponível em: <https://unfccc.int>

**ONU**. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org>.

**Climate Impact Partners**. Disponível em: <https://www.climateimpact.com>

Podcast O Joio e o Trigo. Episódio: **“A Invenção do Indivíduo (a fé e o conformismo no reino agro)”**. Produção: Joio e Trigo, 2023.

Disponível em: [▶ Série O Feroz e o Encantado | A invenção do indivíduo \(a fé e ...](#)

Podcast O Joio e o Trigo. Episódio: **“Quando a Faria Lima Encontra a Boiada”**. Produção: Joio e Trigo, 2021.

Disponível em: [▶ Prato Cheio | Episódio Especial | Quando a Faria Lima Encontra...](#)

Podcast O Joio e o Trigo. Episódio: **“Tem Algo Estranho no Ar”**. Produção: Joio e Trigo, 2024.

Disponível em: [▶ Prato Cheio | Episódio Tem Algo Estranho no Ar | Série Faroest...](#)

GIL, Gilberto. Refazenda. In: Refazenda. [S.l.]: Philips, 1975. 1 disco sonoro (vinil, 33 1/3 rpm).